



A

Handwritten signature or mark.

**DATA DA REUNIÃO:** QUATRO DE JANEIRO DE DOIS MIL E DOZE.-----

**LOCAL DA REUNIÃO:** SALÃO NOBRE DO EDIFÍCIO SEDE DO MUNICÍPIO.-----

**PRESIDIU:** O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES.-----

**PRESENÇAS E FALTAS:**-----

**PRESIDENTE** ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES – PS – PRESENTE.-

**VEREADOR DR. CARLOS ALBERTO LOPES PACHECO** – PSD – PRESENTE.-----

**VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA** – PS – PRESENTE.-----

**VEREADOR ALÍRIO ANTÓNIO DE SOUSA CANCELES** – PSD – PRESENTE.-----

**VEREADOR PROF. JOSÉ CARLOS RIBEIRO FERREIRA** – PS – PRESENTE A PARTIR DO ITEM DOIS.-----

**VEREADORA DRA. MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS** – PSD – PRESENTE A PARTIR DO ITEM QUATRO INCLUSIVÉ.-----

**VEREADORA DRA. JÚLIA ODETE DE PAIVA GODINHO MOINHOS COSTA** – PS – PRESENTE.-----

**VEREADOR DR. MÁRIO DUARTE RORIZ DE OLIVEIRA** – PSD – PRESENTE.-----

**VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO** – PS – PRESENTE.-----

**HORA DE INICIO DA REUNIÃO:** DEZ HORAS E VINTE MINUTOS.-----

**HORA DE ENCERRAMENTO:** DEZ HORAS E QUARENTA E CINCO MINUTOS.-----



**SECRETARIOU A FUNCIONÁRIA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.**-----

**ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA.**-----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

a) O senhor presidente deu conhecimento do seu despacho de dois do corrente mês de janeiro, que, na sequência da renúncia ao mandato do senhor vereador Luis Gonzaga da Silva Freitas Rodrigues, designou a senhora vereadora Eng.º Ana Maria Moreira Ferreira vice-presidente da câmara municipal.-----

b) O senhor presidente deu também conhecimento do seu despacho da mesma data, que delegou na senhora vereadora Eng.ª Ana Maria Moreira Ferreira, a competência para outorgar contratos de empreitadas de obras públicas, concessão de obras públicas, concessão de serviços públicos, locação ou aquisição de bens móveis, aquisição de serviços e outros contratos administrativos abrangidos pelo Código dos Contratos Públicos, nos quais seja diretamente interessada a câmara municipal de Santo Tirso ou os serviços municipalizados de água, eletricidade e saneamento, e independentemente de qualquer impedimento ou falta do senhor presidente da câmara.-----

Pelo mesmo despacho foi delegada ainda na identificada vereadora a competência para representar o Município de Santo Tirso em todos os Autos de Posse Administrativa de prédios ou parte de prédios relativamente aos quais tenha sido declarada a utilidade pública da expropriação e concedida autorização para a posse administrativa.-----

c) Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 65º da Lei 169/99, de 18 de setembro, o senhor presidente deu conhecimento do seu despacho de catorze de dezembro findo, proferido ao abrigo de competência delegada pela câmara municipal, que aprovou a 23ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e onze, que consistiu na 16ª alteração ao Plano

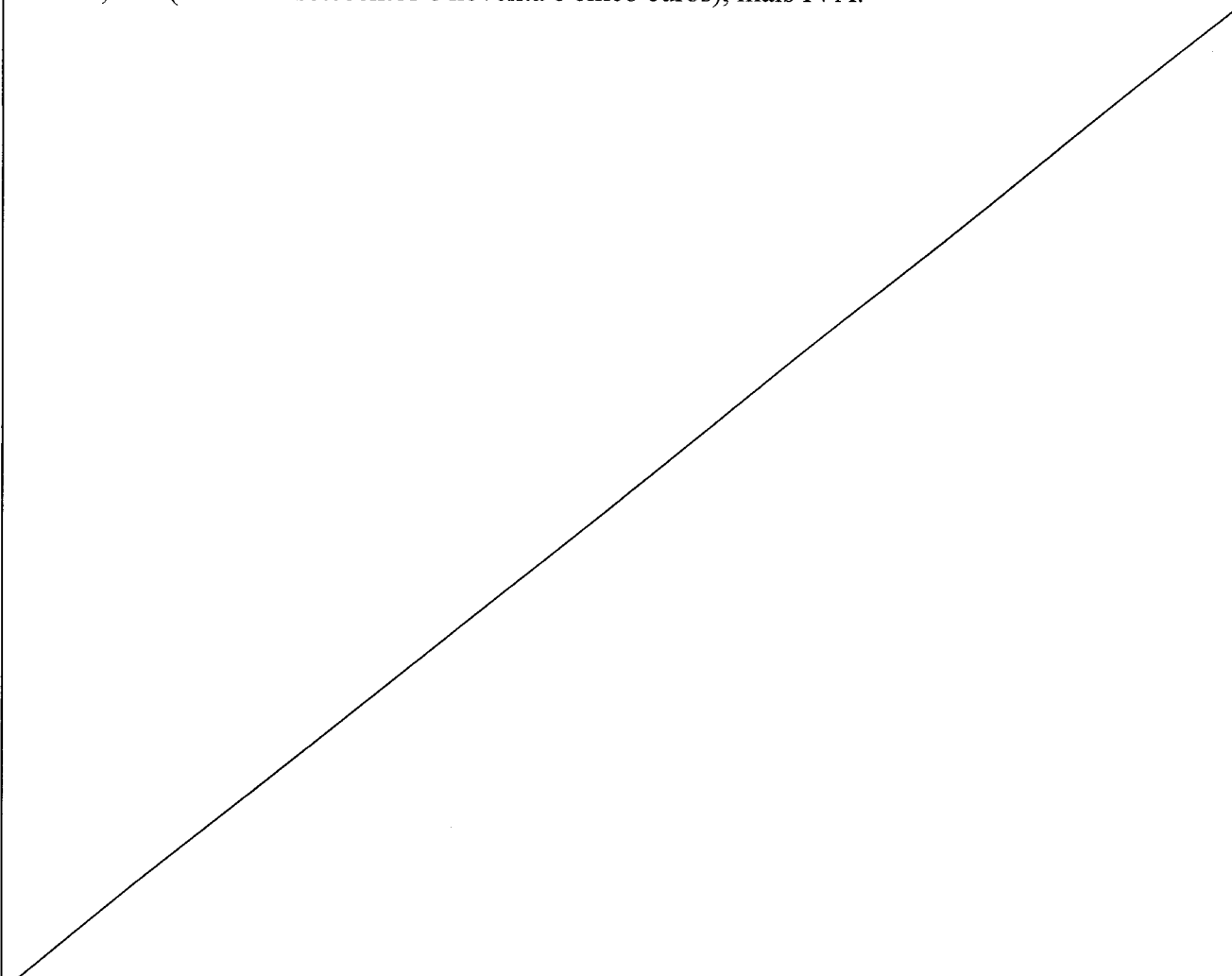


A  
[Handwritten signature]

Plurianual de Investimentos e na 17ª alteração ao Orçamento da Despesa.-----

Anexa-se cópia do referido despacho à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes seis folhas.-----

**d)** Para conhecimento da atividade da câmara municipal, o senhor presidente deu ainda conhecimento do seu despacho de dezanove de dezembro findo, proferido ao abrigo de competência própria, que adjudicou à sociedade Famavias, Sociedade de Construções Lda, a empreitada denominada “Obras de Beneficiação na Escola de Aldeia Nova – Rebordões” pelo preço de 20.795,00 € (vinte mil setecentos e noventa e cinco euros), mais IVA.-----



# DESPACHO

## 23º Modificação – GOP E ORÇAMENTO 2011

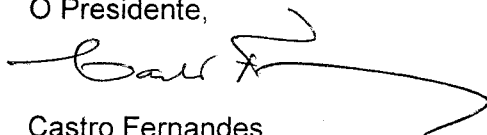
António Alberto de Castro Fernandes, Presidente do Município de Santo Tirso, decido ao abrigo da deliberação de executivo de 05/11/2009, item 6, n.º 2-b), aprovar a 23ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011, com reforço de verbas no montante 935.000,00€ (novecentos e trinta e cinco mil euros), coberto pela anulação parcial de outras dotações do Orçamento de Despesas, cujo teor passa a constituir as subseqüentes 5 folhas do presente despacho.

O presente despacho fundamenta-se na necessidade de reforçar algumas dotações orçamentais, para que seja possível o normal funcionamento da autarquia.

À próxima reunião ordinária para conhecimento e à Divisão de Gestão Financeira para execução.

Santo Tirso, 14 de dezembro de 2011

O Presidente,



Castro Fernandes



SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

5



# GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2011

## MODIFICAÇÃO N.º 23

ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA N.º 17

ALTERAÇÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO N.º 16

dezembro 2011

---

**LISTAGEM DE MODIFICAÇÕES**  
Ano Contabilístico: 2011 Data Aprovação :

Página: 1

6

Tipo de Modificação : AOD - ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Número : 17		
Orgânica	Economica	Plano	Designação ( Economica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
02	020101		Matérias-primas e subsidiarias	332.000,00	20.000,00	
02	02010202		Gasoleo	148.000,00	2.000,00	
02	020104		Limpeza higiene	5.000,00		4.000,00
02	020112		Material transporte - peças	10.000,00		9.000,00
02	020117		Ferramentas e utensilios	27.000,00		8.000,00
02	020120		Material educação cultura e recreio	685.000,00	10.000,00	
02	020121		Outros bens	5.000,00		4.000,00
02	02020101		Electricidade	553.500,00	35.000,00	
02	02020102		Água	132.000,00	40.000,00	
02	020208		Locação outros bens	211.000,00	10.000,00	
02	020209		Comunicações	128.500,00	5.000,00	
02	020210		Transportes	1.749.100,00		90.000,00
02	020212		Seguros	153.500,00	5.000,00	
02	020214		Estudos parceiros projectos e consultadoria	107.500,00	90.000,00	
02	020215		Formação	8.500,00		3.000,00
02	020217		Publicidade	170.000,00	10.000,00	
02	020220		Outros trabalhos especializados	1.008.000,00	80.000,00	
02	05010101		Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	3.780.552,13		488.000,00
02	060201		Impostos e taxas	156.000,00	10.000,00	
02	06020302		IVA pago	38.600,00		11.000,00
02	07010305		Escolas	8.751.766,41	100.000,00	
02	07010401		Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	9.956.168,19		109.000,00
02	07010404		Iluminação pública	350.377,77		
02	07010412		Cemitérios	388.167,34	9.000,00	
02	08050102		Freguesias	1.630.000,00	300.000,00	
Total de Aumentos/Diminuições:					726.000,00	726.000,00
Tipo de Modificação : API - ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS				Número : 16		
Orgânica	Economica	Plano	Designação ( Economica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
02	07010305	2003 I 62	AMPL., SEGURANÇA E CONS. EDIFÍCIOS ESCOLARES CONCE	368.913,62	100.000,00	
02	07010401	2006 I 258	REQUALIFICAÇÃO ZONA INDUSTRIAL FONTISCOS	249.388,61		109.000,00
02	07010404	2006 I 261	MODERNIZAÇÃO REDES ABASTECIMENTO ENERGIA ELÉCTRICA	110.204,93	100.000,00	
02	07010412	2008 I 24	AMPLIAÇÃO CEMITÉRIO MONTE CORDOVA	27.005,19	9.000,00	
02	07010404	2010 I 36	EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - EDIFICIOS MUNICIPAIS E RED	240.172,84		100.000,00
Total de Aumentos/Diminuições:					209.000,00	209.000,00
Total Geral :					935.000,00	935.000,00

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

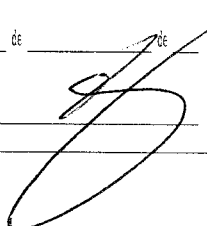
Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

ENTIDADE  CM S TIRSO	MODIFICAÇÕES DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO  MODIFICAÇÃO NÚMERO : 23      DO ANO ORÇAMENTAL: 2011 ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS      NÚMERO: 16  DATA DE APROVAÇÃO
----------------------------	--



OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFIC. DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	VALOR REALIZADO EM ANOS ANTERIORES	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS (VARIACÃO +/-)				DOTAÇÃO SEGUINTES				
						ANO EM CURSO		ANOS SEGUINTES	ANO EM CURSO		ANOS SEGUINTES		ANO EM CURSO		ANOS SEGUINTES		
						TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2012	SEGUINTES	TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2012	SEGUINTES
2.		Funções sociais			817.843,43	385.918,81	385.918,81		165.000,00				504.918,81	504.918,81			
2.1.		Educação			740.746,62	368.913,62	368.913,62		160.000,00				468.913,62	468.913,62			
2.1.1.		Ensino não superior			740.746,62	368.913,62	368.913,62		160.000,00				468.913,62	468.913,62			
2.1.1.1.	19	AMPL., MANUTENÇÃO E CONS. EDIFÍCIOS ESCOLARES CONC. LUG. SANTO TIRSO	DOM	02	07010305	740.746,62	368.913,62	368.913,62	160.000,00				468.913,62	468.913,62			
2.4.		Habituação e serviços colectivos			77.005,19	27.005,19	27.005,19		9.000,00				36.005,19	36.005,19			
2.4.3.		Cemitérios			77.005,19	27.005,19	27.005,19		9.000,00				36.005,19	36.005,19			
2.4.3.2.		Cemitérios			77.005,19	27.005,19	27.005,19		9.000,00				36.005,19	36.005,19			
2.4.3.2.03	2008	AMPLIAÇÃO CEMITÉRIO MONTE CORDOVA	DPH/COM	02	07010412	77.005,19	27.005,19	27.005,19	9.000,00				36.005,19	36.005,19			
3.		Funções económicas			348.058,54	599.766,38	599.766,38	429.000,00	-109.000,00		209.000,00		490.766,38	490.766,38			638.000,00
3.2.		Indústria e energia			348.058,54	599.766,38	599.766,38	429.000,00	-109.000,00		209.000,00		490.766,38	490.766,38			638.000,00
3.2.02	2006	REQUALIFICAÇÃO ZONA INDUSTRIAL FONTISCOIS	DPH/COM	02	07010401	249.388,61	249.388,61	199.000,00	-109.000,00		109.000,00		140.388,61	140.388,61			308.000,00
3.2.05	2006	MODERNIZAÇÃO REDES ABASTECIMENTO ENERGIA ELÉCTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA	DPH/COM	02	07010404	348.058,54	110.204,93	110.204,93	100.000,00				210.204,93	210.204,93			
3.2.02	2010	EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - EDIFÍCIOS MUNICIPAIS E REDE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	DPH/COM	02	07010404		240.172,84	240.172,84	230.000,00	-100.000,00	100.000,00		140.172,84	140.172,84			330.000,00
TOTAL ...					1.165.901,97	995.685,19	995.685,19	429.000,00			209.000,00		995.685,19	995.685,19			638.000,00

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_



Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Página: 1	
CM S TIRSO		MODIFICAÇÃO NUMERO: 23	ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA		NUMERO 17 DO ANO CONTABILISTICO DE 2011	DATA DE APROVAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA				O B S
			DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE	
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA ECONÓMICA	DESCRIÇÃO	INSCRIÇÕES / REFORÇOS		DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES			
02		CÂMARA MUNICIPAL	30.485.231,84	726.000,00	726.000,00	30.485.231,84	
	02	Aquisições bens serviços	5.433.600,00	307.000,00	118.000,00	5.622.600,00	
	0201	Aquisições bens	1.212.000,00	32.000,00	25.000,00	1.219.000,00	
	020101	Matérias-primas e subsidiarias	332.000,00	20.000,00		352.000,00	
	020102	Combustíveis e lubrificantes	148.000,00	2.000,00		150.000,00	
	02010202	Gasoleo	148.000,00	2.000,00		150.000,00	
	020104	Limpeza higiene	5.000,00		4.000,00	1.000,00	
	020112	Material transporte - peças	10.000,00		9.000,00	1.000,00	
	020117	Ferramentas e utensilios	27.000,00		8.000,00	19.000,00	
	020120	Material educação cultura e recreio	685.000,00	10.000,00		695.000,00	
	020121	Outros bens	5.000,00		4.000,00	1.000,00	
	0202	Aquisição serviços	4.221.600,00	275.000,00	93.000,00	4.403.600,00	
	020201	Encargos instalações	685.500,00	75.000,00		760.500,00	
	02020101	Electricidade	553.500,00	35.000,00		588.500,00	
	02020102	Água	132.000,00	40.000,00		172.000,00	
	020208	Locação outros bens	211.000,00	10.000,00		221.000,00	
	020209	Comunicações	128.500,00	5.000,00		133.500,00	
	020210	Transportes	1.749.100,00		90.000,00	1.659.100,00	
	020212	Seguros	153.500,00	5.000,00		158.500,00	
	020214	Estudos parceres projectos e consultadoria	107.500,00	90.000,00		197.500,00	
	020215	Formação	8.500,00		3.000,00	5.500,00	
	020217	Publicidade	170.000,00	10.000,00		180.000,00	
	020220	Outros trabalhos especializados	1.008.000,00	80.000,00		1.088.000,00	
	05	Subsidios	3.780.552,13		488.000,00	3.292.552,13	
	0501	Sociedades e quase-sociedade não financeira	3.780.552,13		488.000,00	3.292.552,13	
	050101	Públicas	3.780.552,13		488.000,00	3.292.552,13	
	05010101	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	3.780.552,13		488.000,00	3.292.552,13	
	06	Outras despesas correntes	194.600,00	10.000,00	11.000,00	193.600,00	
	0602	Diversas	194.600,00	10.000,00	11.000,00	193.600,00	
	060201	Impostos e taxas	156.000,00	10.000,00		166.000,00	
	060203	Outras	38.600,00		11.000,00	27.600,00	
	06020302	IVA pago	38.600,00		11.000,00	27.600,00	
	07	Aquisição bens capital	19.446.479,71	109.000,00	109.000,00	19.446.479,71	
	0701	Investimentos	19.446.479,71	109.000,00	109.000,00	19.446.479,71	
	070103	Edifícios	8.751.766,41	100.000,00		8.851.766,41	
	07010305	Escolas	8.751.766,41	100.000,00		8.851.766,41	
	070104	Construções diversas	10.694.713,30	9.000,00	109.000,00	10.594.713,30	
	07010401	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	9.956.168,19		109.000,00	9.847.168,19	
	07010404	Iluminacação pública	350.377,77			350.377,77	
	07010412	Cemitérios	388.167,34	9.000,00		397.167,34	
	08	Tranferencias capital	1.630.000,00	300.000,00		1.930.000,00	
	0805	Admistração local	1.630.000,00	300.000,00		1.930.000,00	
	080501	Continente	1.630.000,00	300.000,00		1.930.000,00	
	08050102	Freguesias	1.630.000,00	300.000,00		1.930.000,00	
TOTAL ...			30.485.231,84	726.000,00	726.000,00	30.485.231,84	
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES ....				317.000,00	617.000,00		
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL ...				409.000,00	109.000,00		



Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

Aprovada em reunião de \_\_\_\_

O Presidente da Camara, \_\_\_\_\_

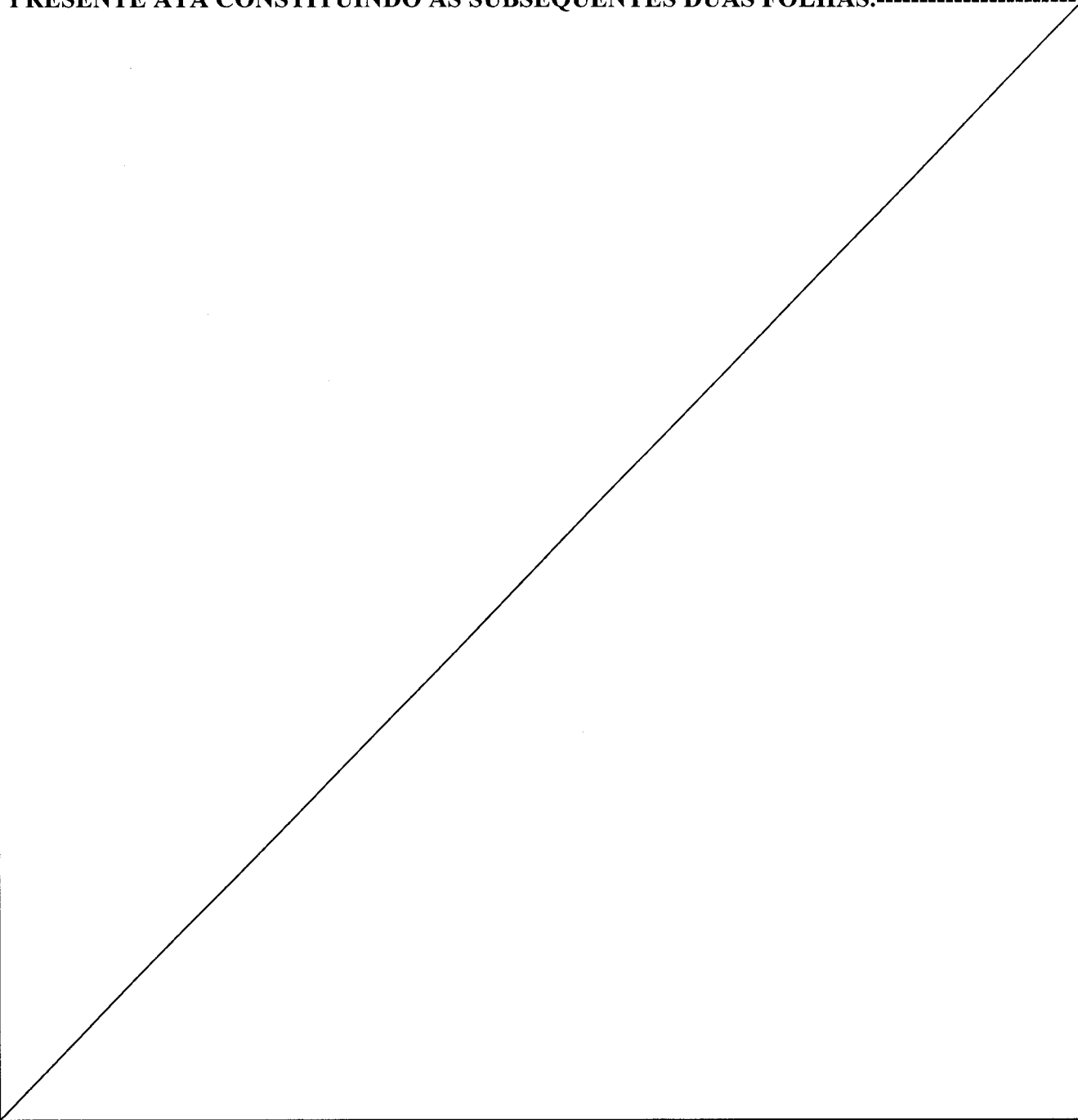
Os Vereadores:

_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____



*[Handwritten signature]*

**LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ATA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES DUAS FOLHAS.**-----





SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

11



## REUNIÃO ORDINÁRIA DE 04/JANEIRO/2011 – ATA Nº 1

### ORDEM DO DIA

- 1 – Requerimento de Luis Gonzaga da Silva Freitas Rodrigues: Renúncia ao mandato: conhecimento
- 2 – Preenchimento da vaga ocorrida na câmara municipal: Verificação da identidade e legitimidade do membro substituto
- 3 – Aprovação da ata da última reunião ordinária (22/12/2011)
- 4 – Confirmação das deliberações da câmara municipal tomadas em anos anteriores e ainda pendentes de execução total ou parcial
- 5 – Periodicidade e horas das reuniões ordinárias no ano de 2012
- 6 – Designação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água, Eletricidade e Saneamento para 2012
- 7 – Minuta da ata da sessão ordinária da assembleia municipal de 19/12/2011: conhecimento
- 8 – Despacho do presidente da câmara municipal de 23/12/2011 sobre atualização dos valores das taxas e outras receitas municipais previstas na tabela anexa ao regulamento de liquidação, cobrança e pagamento de taxas e outras receitas municipais: Ratificação
- 9 – Autorização anual de constituição de fundos de maneiio
- 10 – Empreitada: “Centro Escolar da Ermida – Ampliação do edifício escolar – Santa Cristina do Couto”: Decisão de adjudicação: Retificação da deliberação da câmara municipal de 22/12/2011 (item 12 da respetiva ata)
- 11 – Contratos de Fornecimento de Água e de Recolha de efluentes celebrados entre o município de Santo Tirso e a sociedade Águas do Noroeste, S.A.: Ratificação

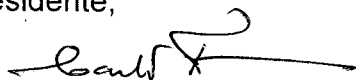
Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

## 12 – Outros subsídios

- Processos de licenciamento de loteamento e obras particulares

Santo Tirso, 30 de dezembro de 2011

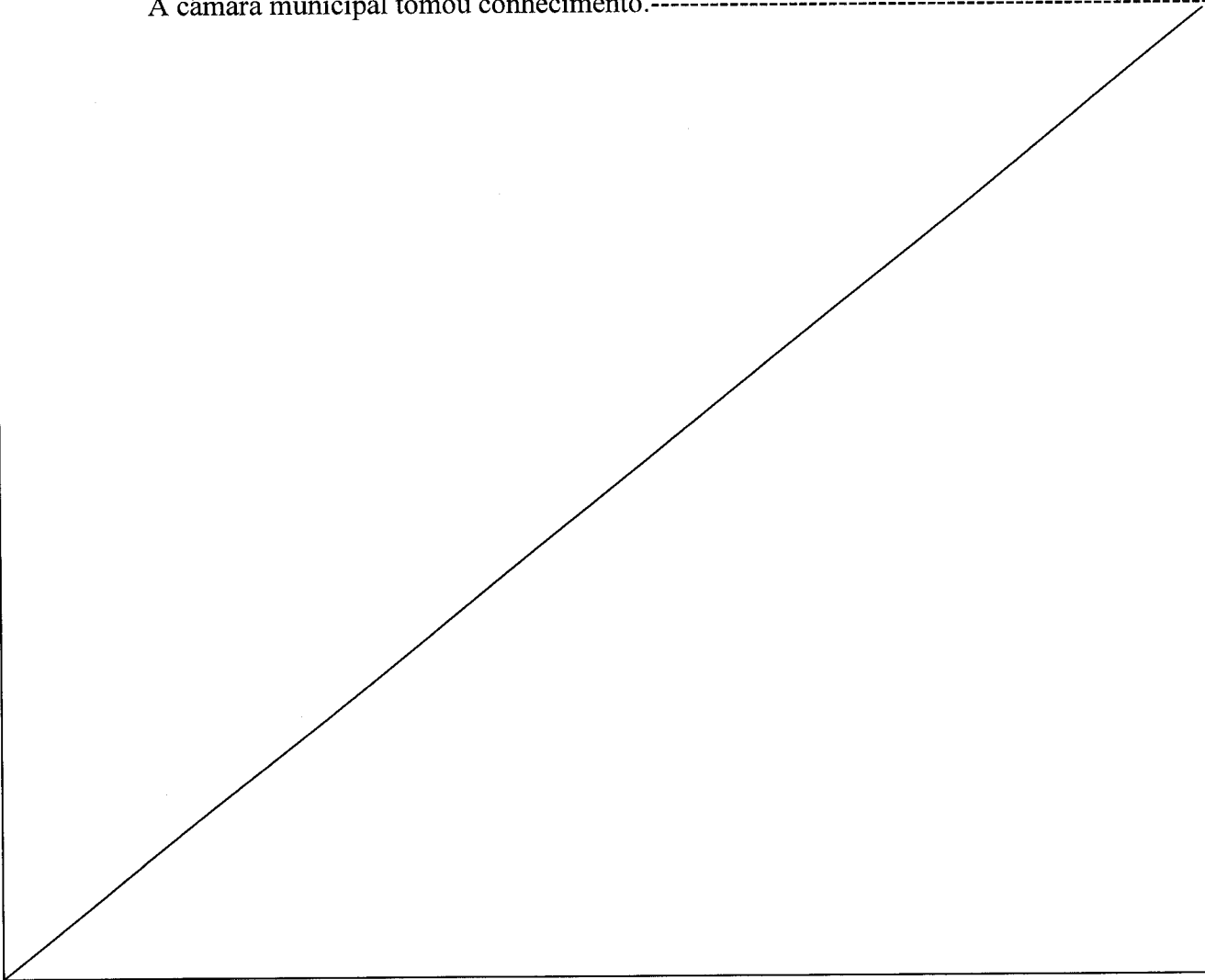
Presidente,



**1. REQUERIMENTO DE LUIS GONZAGA DA SILVA FREITAS RODRIGUES:  
RENÚNCIA AO MANDATO: CONHECIMENTO.-----**

O senhor presidente da câmara municipal deu conhecimento do requerimento do senhor vereador Luís Gonzaga da Silva Freitas Rodrigues, registado no Sistema de Gestão Documental com o número treze mil quatrocentos e setenta e quatro, pelo qual comunica que, por motivos imperativos de ordem pessoal, renuncia ao mandato para que foi eleito, com efeitos a partir do dia um do corrente mês de janeiro.-----

A câmara municipal tomou conhecimento.-----



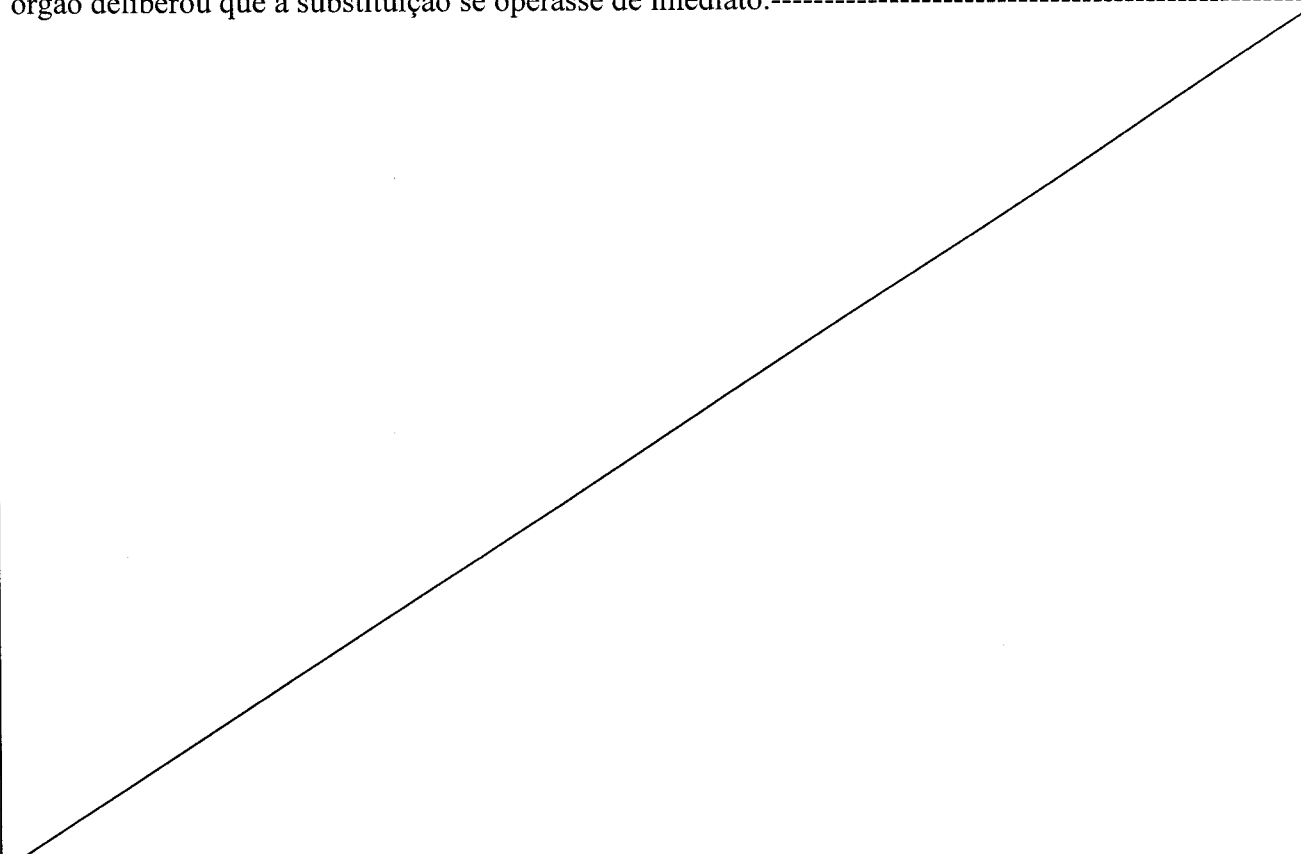
**2. PREENCHIMENTO DA VAGA OCORRIDA NA CÂMARA MUNICIPAL:  
VERIFICAÇÃO DA IDENTIDADE E LEGITIMIDADE DO MEMBRO SUBSTITUTO.-----**

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito:-----

“Conforme resulta do item anterior da presente ata, o senhor vereador Luis Gonzaga da Silva Freitas Rodrigues renunciou ao mandato;-----

Nos termos legalmente previstos, foi convocado o membro seguinte na ordem da respetiva lista, Dr. José Carlos Ribeiro Ferreira, divorciado, natural da freguesia de Santo Tirso, concelho de Santo Tirso, residente na Avenida Sousa Cruz, 671, Bloco C-5º Esq, portador do Cartão de Cidadão número 08478808 9ZZ9, emitido pela República Portuguesa, válido até 07 de setembro de 2014, presente nesta reunião da câmara municipal”.-----

Verificada a identidade e legitimidade do membro substituto da câmara municipal, este órgão deliberou que a substituição se operasse de imediato.-----



**3. APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA (22/12/2011).-----**

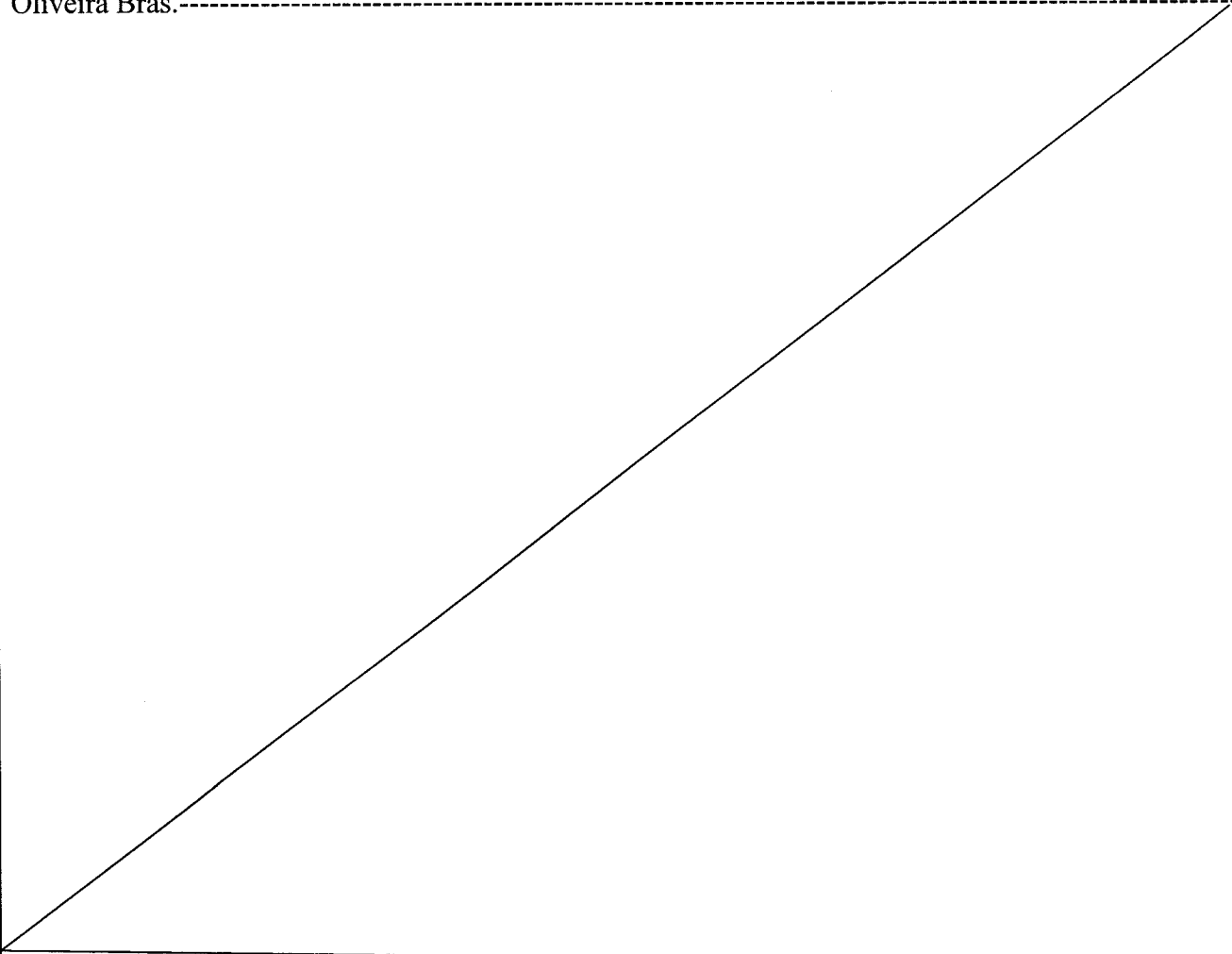
Presente a ata da reunião ordinária realizada no dia vinte e dois de dezembro findo, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata.-----

A ata foi aprovada com sete votos a favor.-----

Absteve-se o vereador Prof. José Carlos Ribeiro Ferreira.-----

Neste momento deu entrada na reunião a senhora vereadora Dra. Mafalda Sofia Roriz de Oliveira Brás.-----



**4. CONFIRMAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL TOMADAS EM ANOS ANTERIORES E AINDA PENDENTES DE EXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL-**

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse confirmar todas as deliberações tomadas em anos anteriores, que não tenham sido expressas ou tacitamente revogadas por outras deliberações, e ainda pendentes de execução total ou parcial, sem prejuízo de se manterem, quanto a esta confirmação, os votos contrários ou de abstenção oportunamente emitidos e nos termos em que o foram.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----

Absteve-se o senhor vereador Prof. José Carlos Ribeiro Ferreira.-----

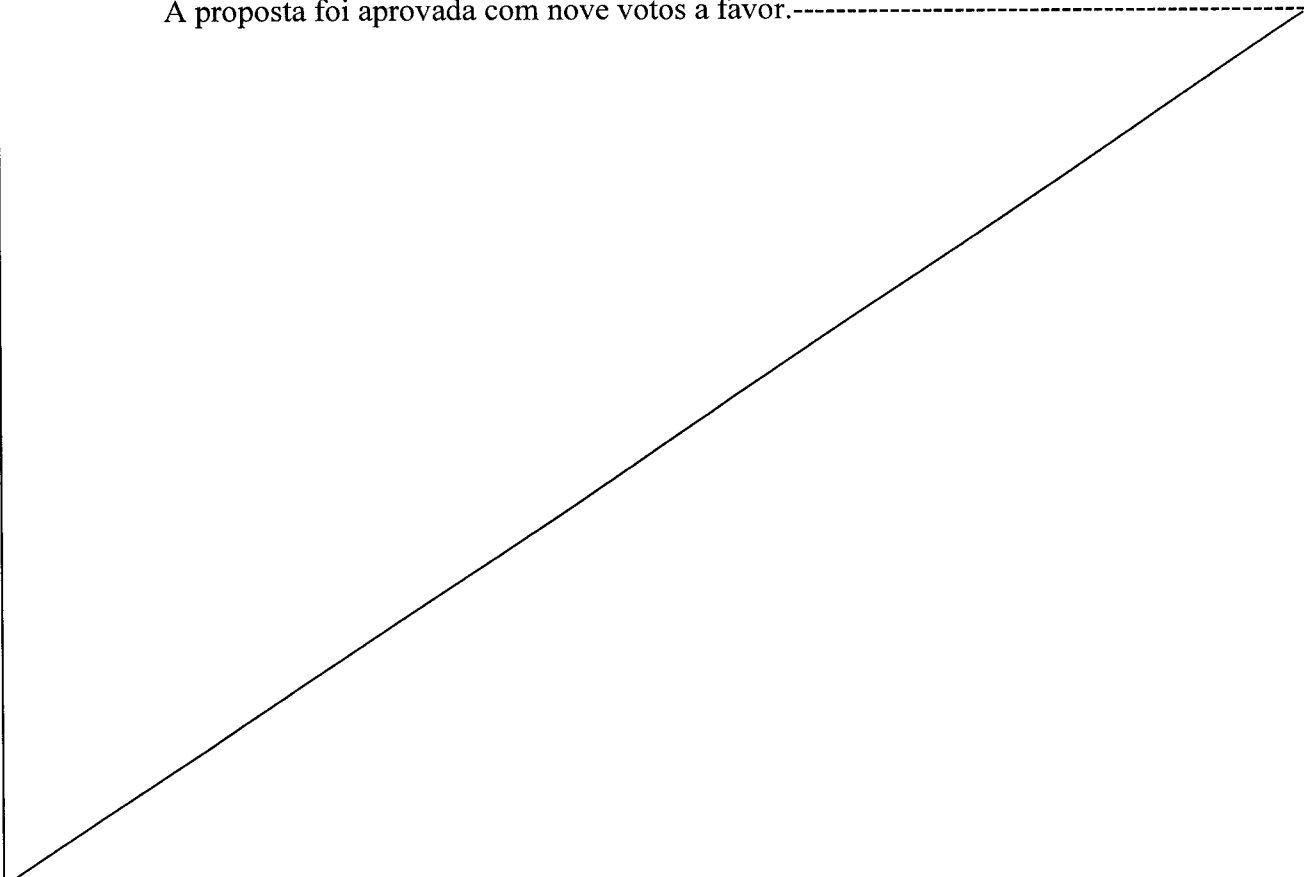


**5. PERIODICIDADE E DIAS DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NO ANO DE 2012.**-----

O senhor presidente propôs, nos termos dos números 1 e 2 do artigo 62º da Lei 169/99, de 18 de setembro, que a câmara municipal deliberasse que as reuniões ordinárias se continuem a realizar quinzenalmente, por ser essa a periodicidade mais conveniente para o funcionamento dos serviços, no salão nobre do edifício sede do município de Santo Tirso, sito na Praça 25 de Abril, Santo Tirso, ou em outra sala própria para o efeito, às quartas-feiras, com início às nove horas e trinta minutos, sendo pública a última reunião de cada mês.-----

Os dias das reuniões, em conformidade com aquela proposta, constam do calendário anexo à presente ata e que dela fica a fazer parte integrante para todos os efeitos legais, constituindo a subsequente folha.-----

A proposta foi aprovada com nove votos a favor.-----





SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

18

## \* REUNIÕES ORDINÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL \*

### ANO DE 2012

Dias das Reuniões Ordinárias da Câmara Municipal de Santo Tirso  
para o ano de 2012.

<b>JANEIRO</b>	<b>04 – 18</b>
<b>FEVEREIRO</b>	<b>01 – 15 – 29</b>
<b>MARÇO</b>	<b>14 – 28</b>
<b>ABRIL</b>	<b>11 – 26</b>
<b>MAIO</b>	<b>09 – 23</b>
<b>JUNHO</b>	<b>06 – 20</b>
<b>JULHO</b>	<b>04 – 18</b>
<b>AGOSTO</b>	<b>01 – 16 – 29</b>
<b>SETEMBRO</b>	<b>12 – 26</b>
<b>OUTUBRO</b>	<b>10 – 24</b>
<b>NOVEMBRO</b>	<b>07 – 21</b>
<b>DEZEMBRO</b>	<b>05 – 19</b>

As reuniões têm início às **9h30m** e realizam-se em sala própria da sede do Município, sendo pública a última reunião de cada mês.

**6. DESIGNAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, ELETRICIDADE E SANEAMENTO PARA O ANO DE 2012-----**

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando o disposto na primeira parte do § 2º do artigo 169º do Código Administrativo, proponho que a câmara municipal delibere designar para a gerência de dois mil e doze os membros do Conselho de Administração a seguir identificados:-----

- Engº António Alberto de Castro Fernandes, presidente da câmara municipal e que presidirá ao Conselho de Administração, nos termos da 1ª parte do corpo do artigo 169º do Código Administrativo;-----

- Engª Ana Maria Moreira Ferreira, Vereadora;-----

- Prof. José Carlos Ribeiro Ferreira, Vereador;-----

- Drª Júlia Odete de Paiva Godinho Moinhos Costa, Vereadora;-----

- Dr. José Pedro dos Santos Ferreira Machado, Vereador.-----

A proposta foi aprovada com nove votos a favor.-----

**7. MINUTA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE 19/12/2011: CONHECIMENTO.**-----

Presente a minuta da ata da sessão ordinária da assembleia municipal, realizada no dia dezanove de dezembro findo, na qual foi aprovado o seguinte:-----

- Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal da câmara municipal para o ano de dois mil e doze;-----

- Autorizações relativas à execução do Plano Plurianual de Investimentos da câmara municipal para o ano de dois mil doze;-----

- Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água, Eletricidade e Saneamento de Santo Tirso para o ano de dois mil e doze;-----

- Aprovação da 6ª revisão ao PPI e ao Orçamento da Despesa de dois mil e onze;-----

- Ratificação do despacho do presidente da câmara municipal de nove de fevereiro de dois mil e onze que aprovou a 3ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento de dois mil e onze;-----

- Manutenção da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) e fixação do percentual para dois mil e doze (0,25% sobre cada fatura);-----

- Isenção do imposto municipal sobre imóveis para os prédios rústicos com ocupação florestal relativamente aos quais sejam utilizadas práticas de limpeza e de redução de material combustível, nos termos que constam da deliberação da câmara municipal de dezasseis de novembro último (item quatro da respetiva ata);-----

- Autorização para o município celebrar com o Estado, através do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I.P., um contrato de financiamento reembolsável tendo por objeto o financiamento do projeto “IMOD – Inovação, Moda e Design”;-----

- Desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno sita no lugar da Costa – Roriz, destinada à construção do Centro Escolar da Costa.-----

Reunião : ORDINÁRIA

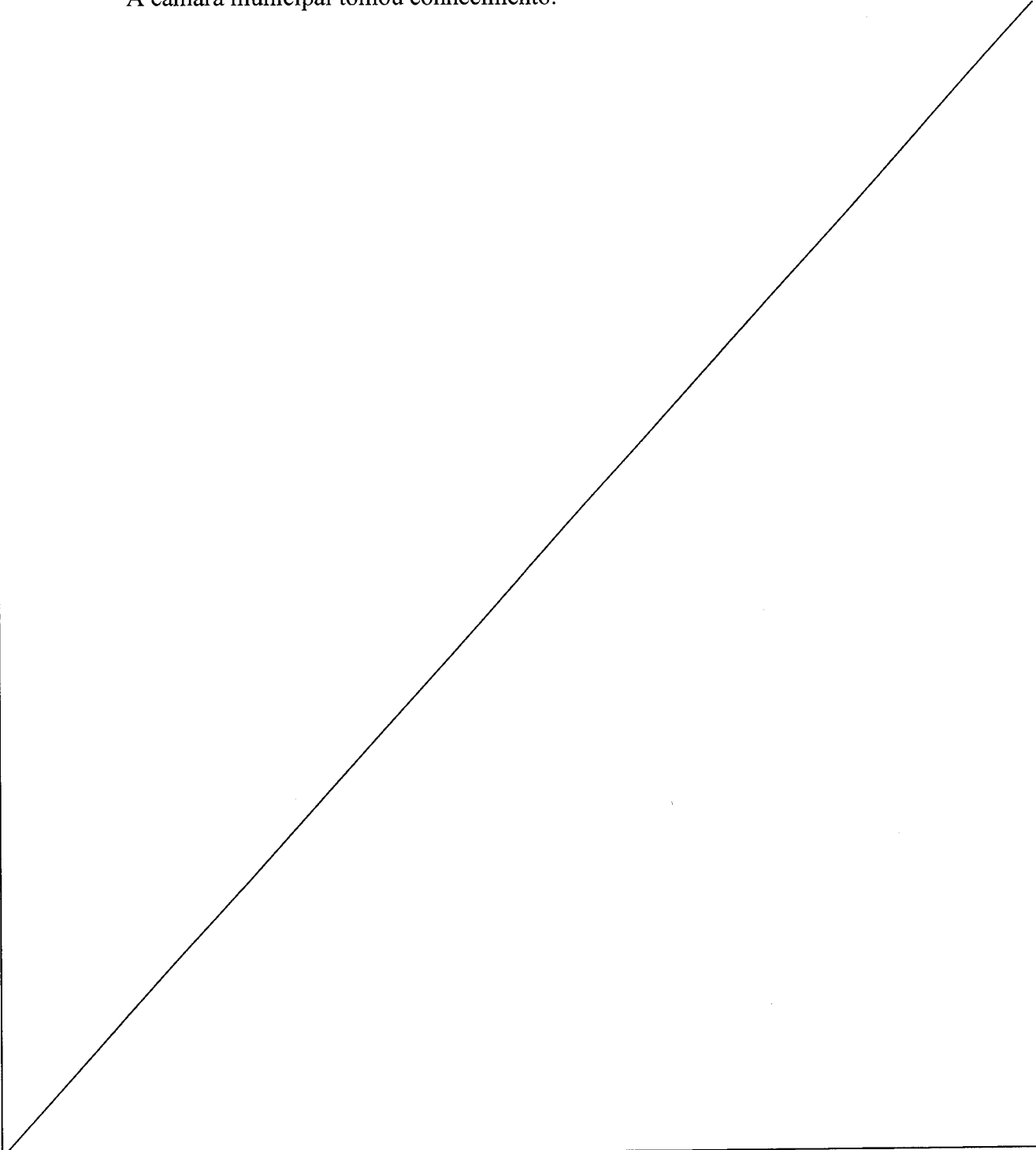


Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 1 Fl.  
4 de janeiro de 2012

21

A câmara municipal tomou conhecimento.-----



**8. DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE 23/12/2011  
SOBRE ATUALIZAÇÃO DOS VALORES DAS TAXAS E OUTRAS RECEITAS  
MUNICIPAIS PREVISTAS NA TABELA ANEXA AO REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO,  
COBRANÇA E PAGAMENTO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS:  
RATIFICAÇÃO.**-----

Presente o despacho do presidente da câmara municipal, de vinte e três de dezembro findo, que clarifica o n.º 1 do artigo 5º do Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, aprovado pela assembleia municipal em catorze de Abril de dois mil e dez, no sentido que a atualização das taxas e preços da câmara municipal e Serviços Municipalizados de Água, Eletricidade e Saneamento previstos nas tabelas anexas àquele Regulamento, deverá ser efetuada na segunda quinzena do corrente mês de janeiro, pelo índice de preços no consumidor anual fornecido pelo Instituto Nacional de Estatística.-----

O senhor presidente submeteu o aludido despacho à ratificação da câmara municipal.-----

A câmara municipal deliberou, com nove votos a favor, ratificar o despacho que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha.-----



SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

# DESPACHO

23

## Despacho sobre a actualização das taxas e preços

Dispõe o nº1 do artigo 5º do Regulamento de liquidação, cobrança e pagamento de taxas e outras receitas municipais que os *"valores das taxas e outras receitas municipais previstos na referida Tabela serão actualizados automática e anualmente, por aplicação do índice de preços no consumidor, fornecido pelo Instituto Nacional de Estatística"*.

Dado que não é clara a forma de actualização, procede-se à devida clarificação da referida disposição legal, no sentido que a actualização dos valores das taxas e preços da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento deverá ser efetuada na segunda quinzena do próximo mês de janeiro, pelo índice de preços no consumidor anual.

Dê-se conhecimento do presente Despacho à Divisão de Gestão Financeira e aos Serviços Municipalizados de Água, Eletricidade e Saneamento de Santo Tirso.

Remeta-se a presente Proposta à próxima reunião de Câmara para ratificação.

Santo Tirso e Paços do Concelho, 23 de dezembro de 2011

O Presidente

Castro Fernandes

SISTEMA CERTIFICADO



Serviços de Outros Particulares:  
Acção Social e Atendimento  
Geral e Actividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Compras

M.021GR



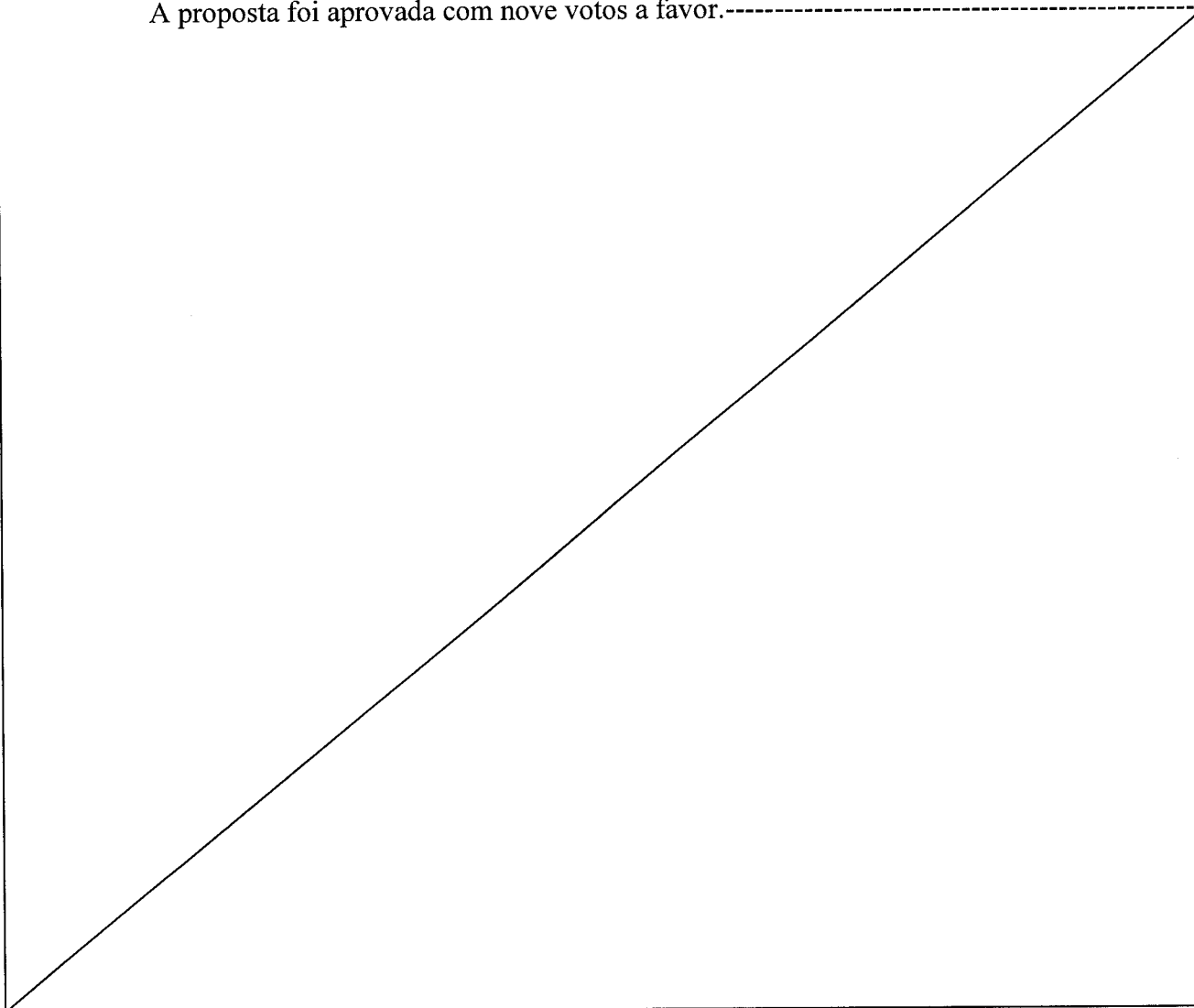
A

f

**9. AUTORIZAÇÃO ANUAL DE CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS DE MANEIO-----**

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar a constituição dos fundos de maneio constantes da listagem que se anexa à presente ata e que dela fica a fazer parte integrante para todos os efeitos legais, constituindo a subsequente folha, para fazer face a despesas urgentes e inadiáveis, cuja utilização, reconstituição e reposição deverá obedecer ao previsto nos artigos 11º e seguintes do Regulamento de Controlo Interno aprovado pela assembleia municipal em sessão ordinária de vinte e sete de fevereiro de dois mil e dois.-----

A proposta foi aprovada com nove votos a favor.-----







SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

25

*[Handwritten signature]*

Constituição do fundo de maneo 2012			
Serviço	Responsável	Valor estimado mensal	Rubricas orçamentais
Pavilhão Desportivo Municipal	Bernardino António da Silva Alves	500,00 €	02020108 02020225
Divisão de Administração Geral	Ana Maria Magalhães do Vale	250,00 €	02020108 02020225
Departamento Planeamento e Habitação	José António Ferreira Lopes	250,00 €	02020108 02020225
Secção de Contratos, Expropriações e Apoio ao Notariado	Maria Adriana Salgado Magalhães	750,00 €	02020108 02020225
Departamento de Obras Municipais	Carlos António Nogueira Veloso	500,00 €	02020108 02020225
Divisão de Recursos Humanos	Maria Fátima Coelho Pereira	100,00 €	02020108 02020225
Gabinete de Apoio à Presidência	Luciano Nunes Forte	750,00 €	02020108 02020225
Divisão de Cultura	Júlia Dias Nunes	750,00 €	02020108 02020225
Divisão Comunicação e Relações Públicas e Internacionais	Fernando Manuel Silva Moreira	200,00 €	02020108 02020225
Secção Compras e Gestão Stocks	Maria Cacilda da Costa Alves Sousa	1.000,00 €	02020108 02020225
Divisão de Acção Social	Paula Maria Brandão Silva	500,00 €	02020108 02020225
Serviços Turismo	Palmira Manuela Cerqueira Peres	500,00 €	02020108 02020225
Total: .....		6.050,00 €	

PRC

02020108  
02020225

36.300,00 €  
36.300,00 €

**10. EMPREITADA: “CENTRO ESCOLAR DA ERMIDA – AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO ESCOLAR – SANTA CRISTINA DO COUTO”: DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO: RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 22/12/2011 (ITEM 12 DA RESPETIVA ATA).-----**

Presente informação da Chefe de Divisão de Edifícios, de vinte e sete de dezembro findo, a comunicar que o concorrente n.º 9, “Pedro – Cruz – Empreiteiros, S.A.” foi excluído pelo facto da sua proposta não estar assinada com assinatura digital válida, e não pelo facto de apresentar um valor da proposta superior ao valor base, conforme, por erro, consta do relatório preliminar da análise das propostas, erro esse que se transmitiu ao relatório final e à decisão de adjudicação tomada por deliberação da câmara municipal de vinte e dois de dezembro findo.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse, de harmonia com o disposto no artigo 148º do Código do Procedimento Administrativo, retificar a deliberação da câmara municipal de vinte e dois de dezembro findo (item doze da respetiva ata), no sentido de que onde se lê:-----

“- Concorrente n.º 9 – Pedro Cruz – Empreiteiros S.A. – O júri do procedimento propõe a sua exclusão em virtude de apresentar uma proposta de valor superior ao valor base do concurso”, passe a constar:-----

“ – Concorrente n.º 9 – Pedro Cruz – Empreiteiros S.A. – Excluído pelo facto da sua proposta não estar assinada com assinatura digital válida”.-----

A câmara deliberou, com nove votos a favor, retificar a aludida deliberação da câmara municipal nos termos que constam da proposta do senhor presidente.-----



**11. CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E DE RECOLHA DE EFLUENTES CELEBRADOS ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A SOCIEDADE ÁGUAS DO NOROESTE, S.A.: RATIFICAÇÃO.**-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito:-----

O Decreto-Lei 41/2010, de 29 de abril, constituiu a sociedade Águas do Noroeste S.A., atribuindo-lhe a concessão, em regime de exclusividade, do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Noroeste;-----

Aquela sociedade resultou da fusão das sociedades Águas do Cávado, S.A., Águas do Minho e Lima, S.A. e Águas do Ave, S.A., sendo que o município de Santo Tirso é acionista da sociedade Águas do Noroeste, S.A., conforme resulta da deliberação da assembleia municipal de vinte e quatro de junho de dois mil e dez, sob proposta da câmara municipal aprovada em reunião de dezasseis do mesmo mês de junho (item cinco da respetiva ata);-----

Conforme resulta do Contrato de Concessão celebrado entre a sociedade Águas do Noroeste S.A. e o Estado Português em trinta de junho de dois mil e dez, os municípios utilizadores do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Noroeste devem celebrar com a referida sociedade Contratos de Fornecimento de Água e de Recolha de Efluentes, nos termos das respetivas minutas anexas ao Contrato de Concessão (Anexo V e VI);-----

Entre o município de Santo Tirso, através dos Serviços Municipalizados de Água, Eletricidade e Saneamento, foi negociada a versão final da redação daqueles contratos, essencialmente no que se refere aos valores mínimos garantidos constantes do Anexo I aos contratos, que são bastante mais vantajosos para o município do que aqueles que resultavam da versão inicial do contrato proposta pela sociedade Águas do Noroeste, S.A. em conformidade com aludido Contrato de Concessão, conforme resulta da informação técnica da Diretora Delegada dos Serviços Municipalizados de Água, Eletricidade e Saneamento de Santo Tirso, de dezasseis de dezembro findo, registada no Sistema de Gestão Documental com o número treze mil trezentos e noventa e



nove, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais;-----

Pelo que, em dezasseis de dezembro findo foram assinados os Contratos de Fornecimento de Água e de Recolha de Efluentes entre o município de Santo Tirso e a Sociedade Águas do Noroeste, S.A., dos quais se anexam cópias à ata da presente reunião e dela ficam a fazer parte integrante, constituindo os Anexos I e II da mesma, composto por oito folhas, cada um.-----

Dos referidos contratos resultam para o município encargos em mais do que um ano económico, excedendo os seus encargos o limite previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 22º do Decreto-Lei 197/99, de 8 de junho, ficando a vigência dos contratos subordinada à do Contrato de Concessão, que foi celebrado pelo prazo de cinquenta anos, a contar de um de julho de dois mil e dez;-----

As despesas resultantes do Contrato de Fornecimento de Água serão suportadas pela sociedade Indagua Santo Tirso / Trofa – Gestão de Águas de Santo Tirso e Trofa, S.A., concessionária do serviço municipal de abastecimento de água, podendo eventualmente vir a ser suportadas pelo município as despesas decorrentes do pagamento de valores mínimos garantidos, o que no entanto não é expectável, sendo que pela análise do valor resultante da faturação da utilização do serviço desde dois mil e cinco até dois mil e onze verifica-se que os valores faturados são superiores aos valores mínimos garantidos constantes do anexo I ao contrato, constatando-se que os valores faturados têm vindo a subir;-----

Razão pela qual se entende ser desnecessária informação de cabimento orçamental das despesas a suportar pelo município, através do Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água, Eletricidade de Saneamento de Santo Tirso, conforme informação técnica de três do corrente mês de janeiro, registada com o número cento e um / dois mil e doze.-----

Relativamente ao Contrato de Recolha de Efluentes ficou cativa na rubrica orçamental do Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água, Eletricidade de Saneamento de Santo Tirso, para o ano de dois mil e doze, com a classificação económica 02022003 a importância de 454.122,02 €

(quatrocentos e cinquenta e quatro mil cento e vinte e dois euros e dois cêntimos), conforme proposta de cabimento número 1/2012, devendo os serviços, no início de cada ano económico subsequente da vigência dos contratos proceder aos respetivos cabimentos orçamentais;-----

Face ao exposto proponho que a câmara municipal delibere ratificar a decisão de celebração dos aludidos contratos e remeter os mesmos à assembleia municipal para efeitos da autorização prevista no artigo 22º do referido Decreto-Lei 197/99.-----

A proposta foi aprovada com nove votos a favor.-----

**12. OUTROS SUBSÍDIOS.**-----

**A) À JUNTA DE FREGUESIA DE S. TOMÉ DE NEGRELOS – Pavimentação da travessa da Igreja.**-----

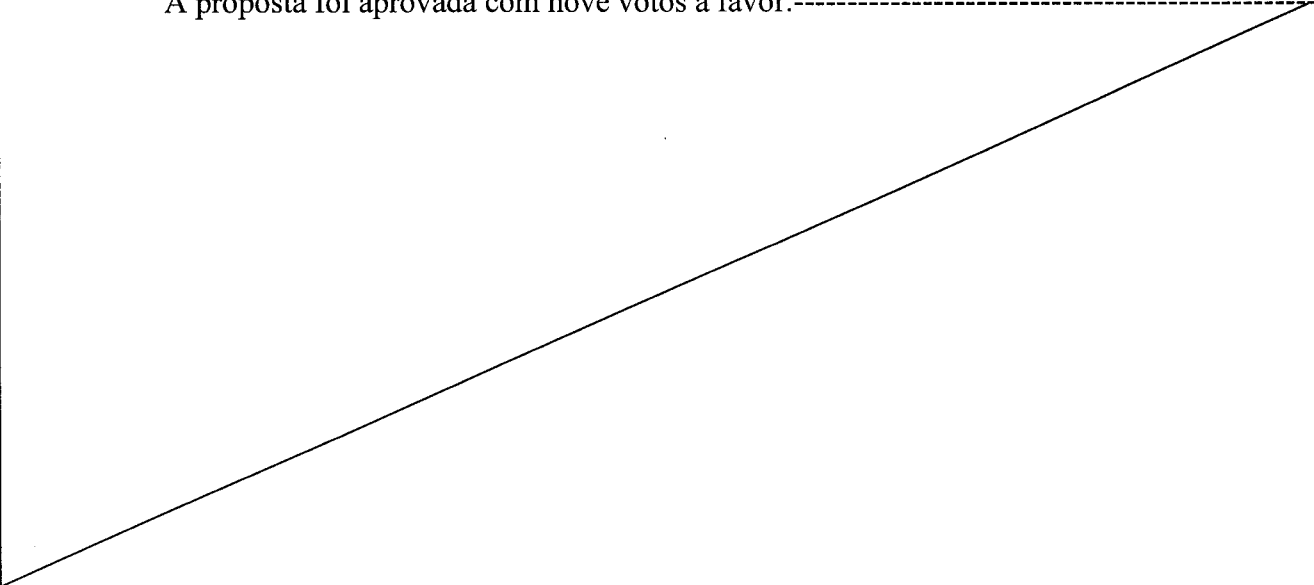
Presente ofício de quatro de novembro de dois mil e nove, da junta de freguesia de S. Tomé de Negrelos, registado com o número quinze mil oitocentos e noventa, a solicitar a atribuição de um subsídio para custear as despesas com a pavimentação da travessa da Igreja.-----

O Departamento de Obras Municipais informa (informação registada com o número Doc\_9903/2011) quais os trabalhos que se mostram necessários realizar, cuja estimativa orçamental é de 6.721,99 € (seis mil setecentos e vinte um euros e noventa e nove cêntimos), com IVA incluído.

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse atribuir à junta de freguesia de S. Tomé de Negrelos um subsídio no montante de 6.721,99 € (seis mil setecentos e vinte um euros e noventa e nove cêntimos), para a obra acima referida, a realizar com acompanhamento e fiscalização dos serviços técnicos da câmara e a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 08050102, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 3/2012, de três do corrente mês de janeiro.-----

A proposta foi aprovada com nove votos a favor.-----



**12. B) À JUNTA DE FREGUESIA DA LAMA – Pavimentação da rua Dr. Luís de Fontela.**-----

Presente ofício de treze de dezembro findo, da junta de freguesia de Lama, registado com o número treze mil duzentos e trinta e cinco, a solicitar a atribuição de um subsidio para ajudar a custear as despesas com a pavimentação da rua Dr. Luís de Fontela.-----

A Divião de Vias informa que a obra está concluída em condições aceitáveis.-----

Mais informa que o valor total dos trabalhos executados é de 20.087,00 € (vinte mil e oitenta e sete euros), com IVA incluído.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse atribuir à junta de freguesia da Lama um subsidio no montante de 20.087,00 € (vinte mil e oitenta e sete euros).-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 08050102, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 2/2012, de três do corrente mês de janeiro.-----

A proposta foi aprovada com nove votos a favor.-----



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

**12. C) À JUNTA DE FREGUESIA DE REBORDÕES – Retificação e pavimentação de um troço da Rua da Fonte – 1ª fase.**-----

Presente ofício de cinco de abril último, da junta de freguesia de Rebordões, registado com o número quatro mil setecentos e quarenta e dois, a solicitar a elaboração de estudo para alargamento e pavimentação de um troço da rua da Fonte.-----

A Divisão de Vias informa (informação registada com o número DOC\_3485/2011) quais os trabalhos que se mostram necessários realizar para satisfação da necessidade detetada pela junta de freguesia, cuja estimativa orçamental é de 54.526,40 € (cinquenta e quatro mil quinhentos e vinte e seis euros e quarenta cêntimos), com IVA incluído.-----

Mais informa que é possível executar a obra em duas fases, correspondendo a 1ª fase a trabalhos de alargamento da rua, cuja estimativa orçamental é de 39.491,63 € (trinta e nove mil quatrocentos e noventa e um euros e sessenta e três cêntimos) e a 2ª fase aos trabalhos relativos à pavimentação, cuja estimativa orçamental é de 15.034,78 € (quinze mil e trinta e quatro euros e setenta e oito cêntimos).-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse atribuir à junta de freguesia de Rebordões um subsidio no montante de 39.491,63 € (trinta e nove mil quatrocentos e noventa e um euros e sessenta e três cêntimos), para custear as despesas com a 1ª fase da obra, a realizar com acompanhamento técnico e fiscalização dos serviços da câmara e a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 08050102 na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 1/2012, de dois do corrente mês de janeiro.-----

A proposta foi aprovada com nove votos a favor.-----

*[Large diagonal line across the bottom of the page]*



*[Handwritten signature]*

**12. D) À JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA CRISTINA DO COUTO – Obras no edifício sede da junta de freguesia.**-----

Presente ofício de seis de dezembro findo, da junta de freguesia de Santa Cristina do Couto, registado com o número treze mil e setenta e cinco, a solicitar a atribuição de um subsídio no montante de 14.500,00 € (catorze mil e quinhentos euros) para custear as despesas com as obras no edifício sede da junta de freguesia.-----

A Divisão de Edifícios informa quais os trabalhos que se mostram necessários realizar no edifício sede da junta de freguesia, cuja estimativa orçamental é de 14.135,63 € (catorze mil cento e trinta e cinco euros e sessenta e três centimos), com IVA incluído.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse atribuir à junta de freguesia de Santa Cristina do Couto um subsídio no montante de 14.135,63 € (catorze mil cento e trinta e cinco euros e sessenta e três centimos) para a obra acima referida, a executar com acompanhamento e fiscalização dos serviços da câmara e a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 08050102, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 4/2012, de três do corrente mês de janeiro.-----

A proposta foi aprovada com nove votos a favor.-----

*[A large diagonal line is drawn across the bottom half of the page.]*



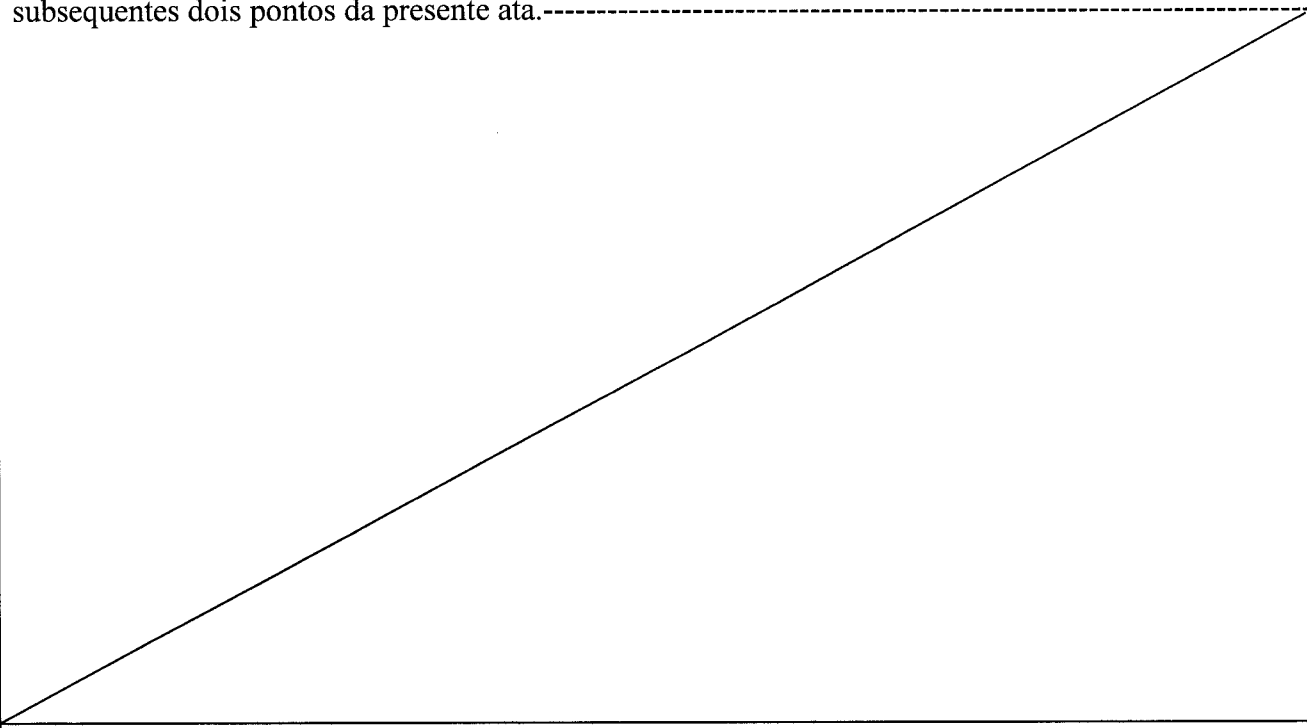
*[Handwritten signature]*

Finda a discussão e votação dos assuntos previamente incluídos na ordem do dia da presente reunião, o senhor presidente propôs, ao abrigo do disposto no artigo 83º da Lei 169/99, de 18 de setembro, que o executivo camarário reconhecesse a urgência de deliberação imediata sobre os seguintes assuntos:-----

**- Contrato de Financiamento Reembolsável a celebrar entre o município e o Estado, através do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I.P., tendo por objeto o projeto “IMOD – Inovação, Moda e Design”: Alteração do anexo 2 do contrato (simulação do plano de utilização e reembolso):(2ª alteração).-----**

**- Contrato de Prestação de Garantia Bancária a favor da ARS NORTE – Administração Regional de Saúde do Norte, I.P., até ao montante 454.609,09 €, para garantir a boa execução das obras relativas aos Centros de Saúde de Areias e S. Martinho do Campo: Ratificação de despacho do presidente da câmara.-----**

A câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes na reunião, reconhecer a urgência de deliberação imediata sobre os referidos assuntos, os quais passam a constituir os subsequentes dois pontos da presente ata.-----



**13. CONTRATO DE FINANCIAMENTO REEMBOLSÁVEL A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO E O ESTADO, ATRAVÉS DO INSTITUTO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL, I.P., TENDO POR OBJETO O PROJETO “IMOD – INOVAÇÃO, MODA E DESIGN”: ALTERAÇÃO DO ANEXO 2 DO CONTRATO (SIMULAÇÃO DO PLANO DE UTILIZAÇÃO E REEMBOLSO):(2ª ALTERAÇÃO).-----**

Presente comunicação do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I.P., enviada por e-mail de vinte e oito de dezembro findo, registada na câmara municipal com o número treze mil quinhentos e setenta e um, a comunicar que foi identificado um novo lapso no cálculo das prestações semestrais que constam do Anexo 2 ao contrato de financiamento acima referido, cuja proposta foi aprovada pela câmara municipal em reunião de trinta de novembro último, e cuja autorização foi já concedida pela assembleia municipal por deliberação de dezanove do mesmo mês de dezembro.-----

Anexa-se à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha, o documento relativo à simulação do Plano de Utilização e Reembolso, agora enviado pelo Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I.P.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar o documento anexo e remeter à assembleia municipal para ratificação.-----

A proposta foi aprovada com nove votos a favor.-----

**Simulação do Plano de Utilização e Reembolso**

Código da Operação: NORTE-02-0369-FEDER-000016

Designação da Operação: iMod Inovação, Moda e Design

Mutuário: Município de Santo Tirso

NIF do Mutuário: 501306870

Montante Financiamento Aprovado: 412.101,00 € Prazo: 10 anos

Desembolso Inicial: 0,00 € Nº de Desembolsos intercalares: 3

Desembolso Intercalar: 137.367,00 € 1º Desembolso: 137.367,00 €

	Capital em Dívida	Amortização Capital	Taxa Juro contratual	Juros contratuais	Prestação Total
0	137.367,00 €	0,00 €	3,901%	0,00 €	0,00 €
1	274.734,00 €	0,00 €	3,901%	2.679,34 €	2.679,34 €
2	412.101,00 €	0,00 €	3,901%	5.358,69 €	5.358,69 €
3	412.101,00 €	0,00 €	3,901%	8.038,03 €	8.038,03 €
4	412.101,00 €	0,00 €	3,901%	8.038,03 €	8.038,03 €
5	412.101,00 €	0,00 €	3,901%	8.038,03 €	8.038,03 €
6	412.101,00 €	0,00 €	3,901%	8.038,03 €	8.038,03 €
7	386.184,85 €	25.916,15 €	3,901%	7.961,13 €	33.877,28 €
8	359.768,04 €	26.416,81 €	3,901%	7.460,47 €	33.877,28 €
9	332.840,90 €	26.927,14 €	3,901%	6.950,14 €	33.877,28 €
10	305.393,57 €	27.447,33 €	3,901%	6.429,95 €	33.877,28 €
11	277.416,01 €	27.977,56 €	3,901%	5.899,72 €	33.877,28 €
12	248.897,96 €	28.518,05 €	3,901%	5.359,23 €	33.877,28 €
13	219.828,99 €	29.068,97 €	3,901%	4.808,31 €	33.877,28 €
14	190.198,45 €	29.630,54 €	3,901%	4.246,74 €	33.877,28 €
15	159.995,50 €	30.202,95 €	3,901%	3.674,33 €	33.877,28 €
16	129.209,08 €	30.786,42 €	3,901%	3.090,86 €	33.877,28 €
17	97.827,91 €	31.381,17 €	3,901%	2.496,11 €	33.877,28 €
18	65.840,51 €	31.987,40 €	3,901%	1.889,88 €	33.877,28 €
19	33.235,16 €	32.605,35 €	3,901%	1.271,93 €	33.877,28 €
20	0,00 €	33.235,16 €	3,901%	642,05 €	33.877,21 €
	Total	412.101,00 €		102.371,00 €	514.472,00 €

Para efeitos de Simulação do Plano de Utilização e Reembolso foi considerado um intervalo de 6 meses entre desembolsos.



**14. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE GARANTIA BANCÁRIA A FAVOR DA ARS NORTE – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO NORTE, I.P., ATÉ AO MONTANTE 454.609,09 €, PARA GARANTIR A BOA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS AOS CENTROS DE SAÚDE DE AREIAS E S. MARTINHO DO CAMPO: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA.-----**

Presente o despacho do senhor presidente da câmara municipal, de vinte e seis de dezembro findo, que aprovou os termos e as condições da garantia bancária a prestar pela Caixa Geral de Depósitos, S.A., a favor da Administração Regional de Saúde do Norte, I.P., para garantia da boa execução das obras relativas aos Centros de Saúde de Areias e S. Martinho do Campo, como contrapartida da transferência imediata para o município de Santo Tirso da comparticipação financeira da responsabilidade da ARSN decorrente dos Contratos Programa celebrados com o município de Santo Tirso.-----

Anexa-se o aludido despacho à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subseqüentes seis folhas.-----

O senhor presidente submeteu o despacho anexo à ratificação da câmara municipal.-----

A câmara deliberou, com nove votos a favor, ratificar o referido despacho, que aprovou a celebração e as condições propostas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. para o Contrato de Prestação de Garantia Bancária, aceitando a respetiva taxa de comissão e autorizando aquela instituição bancária a debitar a conta de depósitos à ordem n.º 0732 000049730, constituída na agência da Caixa Geral de Depósitos em Santo Tirso, pelo valor da comissão que vier a ser apurado.

## DESPACHO

38

Engº António Alberto de Castro Fernandes, presidente da câmara municipal de Santo Tirso, decido aprovar as condições do termo de garantia bancária com a refª 9015/007278/193, bem como do respetivo contrato de prestação de garantia bancária, nos termos que constam das cópias que se anexam ao presente despacho e dele ficam a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes quatro folhas.-----

O presente despacho tem a seguinte fundamentação:-----

Em 29 de maio de 2009 foram celebrados com a administração regional de saúde do norte, I.P., dois contratos programas tendo por objeto a construção de dois edifícios para instalação da extensão de saúde de Areias e extensão de saúde de S. Martinho do Campo.-----

Nos termos desses contratos a responsabilidade pela execução das respetivas obras é do município de Santo Tirso, cabendo à ARSN assegurar as fontes de financiamento total e/ou parcialmente necessárias para a elaboração dos projetos e construção dos edifícios, na parte que não forem comparticipadas pelas candidaturas apresentadas pelo município à ON2;-----

Para execução das obras em causa foram celebrados os respetivos contratos de empreitada (contratos números 27/2010 e 42/2011, relativos à unidade de saúde de Areias, e 25/2010, relativo à unidade de saúde de S. Martinho do Campo) os quais se encontram em execução;-----

A execução física e financeira das respetivas empreitadas sofreu atrasos por motivos não imputáveis ao município de Santo Tirso;-----

A administração regional de saúde do norte, I.P. irá transferir para o município de Santo Tirso o remanescente da sua comparticipação financeira, no montante global de 454 609,09 € (quatrocentos e cinquenta e quatro mil seiscientos e nove euros e nove cêntimos), exigindo no entanto que o município de Santo Tirso preste a seu favor uma garantia bancária de igual montante, destinada a garantir a boa execução das referidas obras.-----

A aprovação das condições da garantia bancária a prestar é urgente e, face ao período em curso, é difícil reunir extraordinariamente a câmara municipal; Pelo que, o presente despacho é proferido ao abrigo da competência excecional prevista no nº 3 do artº 68º da Lei 169/99, de 18 de setembro,



SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

39

devendo ser remetido à próxima reunião da câmara municipal para  
ratificação.-----

Santo Tirso e Paços do Concelho, 26 de dezembro de 2011

O Presidente,

SISTEMA CERTIFICADO



M.021GR

**TERMO DE GARANTIA BANCÁRIA**

(Refª 9015/007278/193)

A CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A., sociedade anónima, com sede em Lisboa, na Av. João XXI, 63, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa com o número único de matrícula e pessoa colectiva 500960046, com o capital social de 5.150.000.000,00 Euros, declara, pelo presente documento, e a favor da Beneficiária adiante indicada, constituir-se garante e principal pagadora, com expressa renúncia ao benefício da excussão, nas seguintes condições:

**I - GARANTIDO:** MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO.

**II - Nº. DE PESSOA COLECTIVA:** 501306870.

**III - BENEFICIÁRIA:** ARS NORTE - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO NORTE, I.P..

**IV - MORADA:** Rua de Santa Catarina, n.º 1288, 4000-447 Porto.

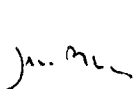
**V - RESPONSABILIDADE:** Até € 454.609,09 (quatrocentos e cinquenta e quatro mil seiscentos e nove euros e nove cêntimos).

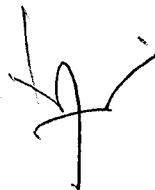
**VI - FINALIDADE:** Garantir a boa execução das obras relativas aos Centros de Saúde de Areias e São Martinho do Campo, pelo GARANTIDO à BENEFICIÁRIA.

**VII - PRAZO PARA EXIGÊNCIA DO PAGAMENTO:** 1 ano, renovável por iguais períodos até serem emitidos os autos de recepção provisória das obras.

Lisboa, 26 de Dezembro de 2011.

**CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.**





Isento de Imposto do Selo - alínea a) do artº 6º do Código do Imposto do Selo, aprovado pela Lei 150/99, de 11/09, na redacção resultante do DL 287/2003, de 12/11.





**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE GARANTIA BANCÁRIA**  
**(Refª 9015/007278/193)**

41

A **CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.**, adiante designada por Caixa, com sede em Lisboa, na Av. João XXI, 63, pessoa colectiva n.º 500960046, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o capital social de 5.150.000.000,00 Euros, e o **MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO**, pessoa colectiva de base territorial n.º 501306870, com sede na Praça 25 de Abril, freguesia e concelho de Santo Tirso, acordam em celebrar o presente contrato de prestação de garantia bancária que se regerá pelas seguintes cláusulas contratuais e ainda pelo disposto no respectivo Termo de Garantia, o qual se dá aqui como reproduzido para todos os efeitos legais:-----

**1. GARANTIDO:** MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO.-----

**2. BENEFICIÁRIA:** ARS NORTE - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO NORTE, I.P., pessoa colectiva n.º 503135593, sita na Rua de Santa Catarina, 1288, 4000-447 Porto.--

**3. RESPONSABILIDADE:** Até € 454.609,09 (quatrocentos e cinquenta e quatro mil seiscientos e nove euros e nove cêntimos).-----

**4. FINALIDADE:** Garantir a boa execução das obras relativas aos Centros de Saúde de Areias e São Martinho do Campo, pelo GARANTIDO à BENEFICIÁRIA.-----

**5. PRAZO:** 1 ano, renovável por iguais períodos até serem emitidos os autos de recepção provisória das obras.-----

**6. COMISSÃO DE GARANTIA:**-----

**6.1.** Será devida pelo GARANTIDO uma comissão de garantia de 2% (dois por cento) ao ano sobre o valor do Termo de Garantia emitido e assumido pela CGD, calculada e cobrada trimestral e antecipadamente, com o mínimo de € 55,00 por trimestre/fracção, sendo ambos os valores alteráveis pela CGD antes de cada trimestre, face às alterações de mercado, o que será publicitado no preçário da CGD existente junto dos seus balcões.-----

**6.2.** A taxa de comissão incidirá sobre o valor máximo assumido pela Caixa, nos termos da cláusula 3 (RESPONSABILIDADE), ou sobre um valor inferior, a partir da data em que a Caixa dele tiver conhecimento, cabendo especialmente ao Garantido fazer prova da redução do valor da Garantia.-----

**6.3.** As responsabilidades que para o Município decorrem do presente contrato só cessarão quando for devolvido o Termo de Garantia Bancária, ou, quando for feita, por outro meio, prova inequívoca de que a obrigação objecto da presente Garantia se encontra cumprida ou extinta.-----

**7. PAGAMENTO DA COMISSÃO E DEMAIS DÉBITOS:** Através da Conta de D/O n.º 0732/000049/730, aberta em nome do GARANTIDO na Agência da Caixa, em Santo Tirso.—

**8. OUTRAS CONDIÇÕES:**

**8.1.** No caso de a Garantia proporcionar, ao GARANTIDO, o recebimento de verbas, nomeadamente relativas a impostos e a subsídios, as respectivas transferências deverão ser processadas através da Conta de Depósitos à Ordem atrás mencionada.

**8.2.** O GARANTIDO declara irrevogavelmente autorizar a CAIXA a efectuar os pagamentos que lhe sejam solicitados pela BENEFICIÁRIA, não tendo de apreciar ou averiguar da justiça do direito deste, nem lhe sendo oponíveis quaisquer factos ou objecções e ficando, desde já, acordado que as quantias pagas serão consideradas crédito concedido pela CAIXA ao GARANTIDO, a contar da data em que a CAIXA tiver cumprido os seus compromissos perante a BENEFICIÁRIA.

**8.3.** A CAIXA notificará o GARANTIDO, por escrito, de quaisquer pedidos de pagamento feitos pela BENEFICIÁRIA, indicando a data em que procederá aos mesmos pagamentos.

**8.4.** O GARANTIDO obriga-se a, na data em que lhe for notificada nos termos do número anterior, manter provisionada a conta de depósitos à ordem anteriormente mencionada, com a quantia para o efeito necessária, autorizando a CAIXA a proceder ao correspondente débito, sob pena de se constituir em mora, sendo os respectivos juros calculados nos termos da cláusula 9.

**8.5.** A CAIXA fica autorizada a utilizar, para satisfação do que lhe for devido, e independentemente de declaração, quaisquer saldos e valores que figurem em nome do GARANTIDO, nomeadamente a conta de depósitos anteriormente indicada, podendo também debitar operações de conta-corrente.

**8.6.** A garantia pode ser denunciada pelo GARANTIDO, com efeitos a partir da data da entrada na CAIXA do original do respectivo Termo. A CAIXA poderá denunciar a garantia nos termos previstos no presente Contrato e no respectivo Termo de Garantia, e, ainda, nos casos admitidos na Lei.

**9. MORA:** Em caso de mora na liquidação de comissões, de despesas, ou do valor pago pela CAIXA à BENEFICIÁRIA em execução da Garantia, a CAIXA poderá cobrar sobre tais verbas, juros calculados à taxa mais elevada de juros remuneratórios que, em cada um dos dias em que se verificar a mora, estiver em vigor na CAIXA para operações activas, sendo, contudo, a referida taxa acrescida de uma sobretaxa até 4% se aquelas verbas não forem regularizadas no prazo de 15 dias.

**10. CONTRAGARANTIA:**

**10.1.** O Município dá em Garantia à Caixa as receitas municipais, com excepção das correspondentes a subsídios, comparticipações e das que se encontrem consignadas.

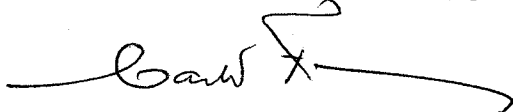
10.2. Das receitas municipais, a Caixa fica autorizada, nos termos do art.º 34º da Lei 2/2007, de 15/01, a receber directamente do Estado, até ao limite das importâncias vencidas e não pagas, as verbas correspondentes ao Fundo de Equilíbrio Financeiro e a uma participação variável de até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial.-----

11. **LEI APLICÁVEL E FORO:** Ao presente contrato e aos que o completarem ou alterarem, aplicar-se-á a lei portuguesa, sendo competente para dirimir qualquer pleito emergente do mesmo, o foro da Comarca de Lisboa.-----

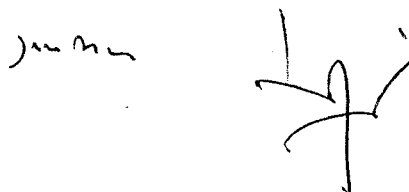
Feito em dois exemplares de igual valor e conteúdo, ficando cada uma das partes com um exemplar em seu poder.

Aos 26 de Dezembro de 2011

**MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO**



**CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS**



NOTA: Isento de Imposto do Selo - alínea a) do artº 6º do Código do Imposto do Selo (aprovado pela Lei 150/99, de 11/09, na redacção resultante do DL 287/2003, de 12/11).



A

7

**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:** No final da discussão e votação dos assuntos constantes desta ata, foi lida a respetiva minuta, para efeitos da sua aprovação, nos termos do n.º 3 do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de setembro.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a ata desta reunião em minuta.-----

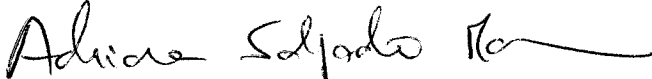



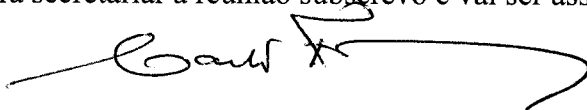
A

**ENCERRAMENTO.**-----

A reunião foi encerrada eram: Dez horas e quarenta e cinco minutos.-----

E para constar se lavrou a presente ata que tem quarenta e cinco folhas, apenas utilizadas no anverso e dois documentos anexos, Anexo I e II respeitante ao item onze, que eu

   
funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.



**APROVAÇÃO DA ATA.**-----

A presente ata foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 23/01/2012 conforme consta do item um da respetiva ata (folhas dezanove da respetiva minuta).-----

A Secretária,

